

Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Organizado por Maria Cecília Minayo e Ary Carvalho de Miranda. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002, 344pp.

Marcelo Bessa de Freitas
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

A partir da década de 1970, motivados pelos riscos ecológicos globais e pelas crises energéticas do petróleo, diferentes movimentos sociais, que se ampliavam naquele momento, e setores organizados da economia e do comércio começaram a questionar, embora por diferentes vieses, os paradigmas e modelos de desenvolvimento, produção e consumo vigentes. Também no mesmo período, um informe produzido pelo governo canadense reincorpora as dimensões sociais, comportamentais, culturais, políticas e ambientais no entendimento do processo saúde-doença, que teve um peso fundamental no pensamento sanitário. Esses dois contextos representam os principais marcos históricos para o entendimento da intrínseca relação saúde e ambiente nas décadas seguintes. *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós* é uma das poucas literaturas da área da saúde coletiva a apresentar um rico debate teórico-conceitual em torno da relevância da questão ambiental para a saúde. O livro tem dois grandes méritos; o primeiro é contextualizar as condições e inter-relações socioambientais que promovem agravos à saúde pública; o segundo é apresentar de forma propositiva e reflexiva caminhos e alternativas para lidarmos com os diferentes processos produtivos e riscos ambientais que ameaçam a sustentabilidade ecossistêmica e sanitária. O conteúdo da obra é compilado em cinco capítulos, compostos por dois ensaios cada um, seguido de debates promovidos por especialistas que atuam junto ao tema.

A primeira parte da obra – Ambiente, Espaço, Território: o Olhar da Saúde – é iniciada com o texto de Pádua “Dois séculos de crítica ambiental no Brasil”. Neste ensaio o autor apresenta uma brilhante historicidade em torno do discurso ambiental brasileiro nos séculos 18 e 19, fundamental para compreender o início do processo da destruição dos ecossistemas, e a apropriação dos vastos recursos naturais do território brasileiro pela colonização portuguesa, o que colaborou para o agravamento do quadro sanitário brasileiro nos séculos que se seguiram. O texto também revela como o discurso dos *ambientalistas* da época se distanciava dos *reais* interesses de ocupação territorial pelo Império português, de fato um projeto meramente espoliativo e ausente de propostas desenvolvimentistas, para os paradigmas socioeconômicos vigentes na época.

No segundo texto “Doenças emergentes e reemergentes, saúde e ambiente”, Navarro *et al.* trazem contribuições valiosas a respeito do tema, apresentam e discutem alguns caminhos estratégicos para o enfrentamento dessas doenças e as tendências de abordagens para lidar com elas. O texto fundamenta a importância das dimensões espaciais e os determinantes econômicos, sociais, geográficos e cultu-

rais no entendimento das doenças emergentes e reemergentes, sob o ponto de vista da complexidade que rege as relações socioecológicas.

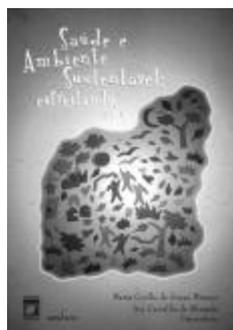
Os debates referentes a esta parte do livro lembram quão importante seria a investigação complementar, das raízes culturais, ideológicas, filosóficas e religiosas subjacentes aos modos de produção que degradam o ambiente no Brasil, traçando um quadro comparativo com a realidade dos demais países da América Latina. Como faz Leroy, ao discorrer sobre a história da ocupação territorial pela agricultura brasileira e sua relação como a emergência e reemergência de doenças e a degradação ambiental associada a essas práticas. O debate também levanta a importância de abordagens multidisciplinares e ecossistêmicas em substituição aos métodos da auto-ecologia das doenças para explicar as relações tróficas entre espécies, populações, comunidades biológicas e ecossistemas.

A segunda parte do livro – Dialogando com o Risco – é dedicada à conceituação de risco. A partir de uma perspectiva histórica, Lieber & Lieber, no texto “O conceito de risco: Janus reinventando”, discutem a incerteza como um elemento fundamental nas análises de risco, e como ela foi negligenciada ao longo do pensamento científico ocidental, e agora é tomada como elemento inerente às abordagens complexas de avaliação e gerenciamento dos riscos ambientais sociotécnicos.

O segundo texto, “Dialogando com o risco na era midiática” de Castiel, aborda os aspectos subjetivos dos riscos, revelando a importância e a influência da mídia na percepção do risco e nas mudanças de comportamento e estilo de vida. O texto aborda, sob a perspectiva da *governamentalidade foucaultiana*, as ações de medidas individuais como a higiene, os estilos de vida e os comportamentos de risco.

Os debates referentes à segunda parte do livro procuram contribuir com elementos centrais para a discussão sobre riscos. O primeiro debate trata da percepção e da comunicação dos riscos associados ao uso de agrotóxicos, ilustrando de forma prática a importância de uma abordagem integrada e participativa para gerenciar risco na saúde ambiental. No segundo debate Spink classifica as tradições nos discursos sobre risco, sob a perspectiva da *governamentalidade* das ações coletivas e individuais sobre o risco, e do risco *aventura*.

A terceira parte do livro aborda a Qualidade de Vida e a Promoção da Saúde. No primeiro ensaio “Promoção da saúde e cidades/municípios saudáveis: propostas de articulação entre saúde e ambiente”, os autores Andrade & Barreto revisitam os marcos conceituais e históricos deste tema, e as mudanças de paradigmas associadas à trajetória das políticas públicas de saúde e ambiente, a partir do século 19 com o discurso da medicina social, passando pelo processo de construção do conceito canadense de Cidades Saudáveis, até os aspectos políticos e sociais que motivaram a reforma sanitária brasileira e o modelo de assistência, prevenção e promoção de saúde engendrados pelo SUS na década de 1980 e 1990, pontuando os eixos políticos/operativos, dis-



curso e paradigmático como elementos-chave para a discussão do campo da Promoção da Saúde e formulação do Sistema Único de Saúde.

No segundo texto desta parte “Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida”, Minayo apresenta elementos para a construção teórico-prática desta abordagem, a partir da mudança da perspectiva antropocêntrica dos problemas de saúde e ambiente. A autora define o que vem se configurar no modelo ecossistêmico, representado pelo deslocamento de um modelo essencialmente economicista para uma reflexão que envolve equitativamente as dimensões ambientais, econômicas e sociais. Descreve os antecedentes históricos desta abordagem, ocorridos nas décadas de 1970 e 1980 no Canadá, e o movimento da reforma sanitária brasileira e sua concepção ampliada da saúde. Por fim, de forma instigante, aponta para a necessidade de se superar alguns desafios metodológicos e operacionais que permitam, na prática, a viabilidade da abordagem ecossistêmica em saúde.

Os debates realizados para esses dois ensaios refletem a avaliação da participação da comunidade e sua inclusão efetiva nas ações da promoção da saúde. São colocados também como desafio às ações de Promoção da Saúde a efetivação das metas de atenção universal e da equidade em saúde e não apenas a ampliação da cobertura de serviços e a descentralização. Em relação ao enfoque ecossistêmico, o debate ressalta a imprecisão da fundamentação conceitual e teórica e a dificuldade de operacionalizar a abordagem na prática, apontando para a dificuldade de se estimular gestores e a população a investir nesta proposta, em função de ainda persistirem uma inadequação teórica e metodológica neste enfoque.

A quarta parte do livro discute os Processos Produtivos, Consumo e Degradação da Saúde e do Ambiente. No primeiro texto, “Padrões de produção e consumo nas sociedades urbano-industriais e suas relações com a degradação da saúde e do meio ambiente”, Franco conduz sua narrativa de forma a problematizar inicialmente o tema trabalho e saúde numa perspectiva sociológica, da revolução industrial à tecnológica, pontuando sempre as questões de saúde e doença advindas da modernidade e do processo de produção e consumo, vinculadas aos diferentes tempos e momentos tecnológicos e contextos políticos sociais e econômicos. Na parte final do texto, a autora aborda as relações entre processo de trabalho e meio ambiente, e os riscos tecnológicos associados a estas duas dimensões, ressaltando os custos socioambientais embutidos no processo de globalização e de transferência de manufatura industrial dos países do Primeiro Mundo para os países periféricos. Por fim aponta para a necessidade de superar a visão antropocêntrica pela construção de análises contextualizadas e críticas, incorporando os limites biológicos nas ciências sociais e as restrições ecológicas às análises do mundo do trabalho e da vida social.

No segundo texto “Produção e consumo, saúde e ambiente: em busca de fontes e caminhos”, Rigotto aborda de forma progressiva e complexa os problemas ambientais e os riscos à saúde gerados nos pro-

cessos produtivos e de consumo no contexto social atual. A autora procura focar a organização social e do trabalho na era moderna, a partir das transformações experimentadas pelas mudanças de paradigmas das ciências e pelas revoluções industrial e tecnológica e as suas inter-relações com os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e simbólicos, e os impactos e riscos gerados ao ambiente e à saúde humana, num contexto de globalização. Por fim, pontua algumas dimensões úteis em alimentar novas utopias que gerem uma relação positiva entre o mundo da produção/consumo, o ambiente e a saúde. Tais como, mudanças nos sistemas de produção de bens e serviços e nas relações do processo de trabalho; o desenvolvimento de novas tecnologias; e ampliação dos espaços democráticos e de participação.

Os debates que se seguem a esta quarta parte do texto contribuem com aspectos fundamentais para se adicionar à discussão, tais como a questão do desemprego e a precarização do trabalho, a importância do modelo toyotista de produção, e a institucionalização da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde e os desafios em lidar com assistência e vigilância dos fatores de riscos resultantes do processo de produção, consumo, trabalho e ambiente. Há ainda contribuições em torno de números e casos de estudos, como cenários e projeções políticos-econômicos na lógica neoliberal de mercado e o universo da produção e consumo de agrotóxicos e os problemas e agravos à saúde e meio ambiente no Brasil.

A quinta parte do livro – Indicadores em Saúde e Ambiente: Construção Conceitual – aborda a discussão em torno da construção conceitual de indicadores em saúde e ambiente. Começa com o texto de Augusto que resgata, num breve recorte histórico, as motivações iniciais que, sob a perspectiva da saúde do trabalhador e exposições ocupacionais, motivaram as primeiras discussões nacionais em torno de indicadores de saúde ambiental e ocupacional no processo de trabalho. Subjacente a esta introdução a autora conduz uma discussão de caráter epistemológico sobre a necessidade de uma abordagem integrada para a construção de dados e indicadores que reflitam as condições de complexidade e incerteza das inter-relações em saúde e ambiente.

No segundo ensaio “Constituição de um sistema de indicadores socioambientais”, Barcellos traz elementos novos para a discussão de indicadores socioambientais, quando aponta para a importância dos índices como instrumentos importantes para facilitar a comunicação entre pesquisadores, gestores e sociedade a respeito dos riscos ambientais e da sustentabilidade. Infere também sobre a necessidade de uma construção não linear e não compartimentalizada de indicadores e índices, e de dimensões temporais e espaciais que se comuniquem mais facilmente, considerando a horizontalidade e verticalidade das discussões dos dados, indicadores e índices.

Nesta última parte do debate, há uma reflexão sobre a ampliação do conceito de espaço em saúde pública, além das dimensões cartográficas, ou seja, o entendimento de espaço não como um simples ce-

nário para a realização de ações humanas, mas uma entidade dinâmica, base para a construção de indicadores socioambientais. Também são ressaltadas as limitações epistemológicas e territoriais presentes nas propostas de refinamento de indicadores socioambientais. Por fim ilustra-se, com um estudo de caso, a constituição de indicadores socioambientais utilizados no monitoramento das condições de saúde de idosos em Belo Horizonte.



Violência, saúde e trabalho (uma jornada de humilhações). Margarida Barreto. São Paulo, EDUC, 2003, 235pp.

Maria Benigna Arraes de Alencar Gervaiseau
Universidade de Bordeaux III, França

Há livros instigantes, que nos obrigam a questionar práticas abrindo novos horizontes. *Violência, saúde e trabalho (uma jornada de humilhações)* faz parte deles. Resultado de pesquisa iniciada em 1996 junto a 2.072 trabalhadores de 97 empresas de grande e médio porte do ramo químico e plástico de São Paulo, foi originalmente apresentado como dissertação para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social, na PUC-SP. Em maio de 2000 transforma-se em livro, após ter sido selecionada pela Comissão Geral da Pós-Graduação da PUC e premiada para publicação na Coleção Hipóteses da EDUC-SP. A autora analisa as mudanças nas relações de trabalho no contexto da globalização do mercado, nos permitindo compreender o adoecer como resultante das formas de organizar e gerir o trabalho fundadas em relações assimétricas, práticas desumanas, abuso de poder. Essas relações são marcadas por desqualificações, humilhações, discriminações, sofrimento imposto, especialmente, aos doentes/acidentados do trabalho, aos críticos e questionadores, entre outros, destas formas de organização da produção. Os resultados podem ser variados: degradação do ambiente de trabalho, medo no coletivo, reprodução da violência entre os pares e em outros espaços sociais, transtornos à saúde mental e física, aumento do uso de drogas, desistência do emprego e pensamentos suicidas, devido à exposição cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras a “uma jornada de humilhações”. Nas partes constituintes do livro, são analisadas as relações saúde-doença, emoções e trabalho, em que a autora enfatiza as práticas de saúde perfeita e a busca dos trabalhadores sadios. Ao discutir as questões metodológicas, a autora nos convida para uma viagem pela filosofia, sociologia do trabalho, psicologia e medicina, ressaltando a determinação social, a especificidade da biologia e historicidade da psicologia como critérios para compreender a causalidade da relação saúde-doença. Em destaque, a autora traz a contribuição do filósofo da ética, Espinosa, e de seu admirador, o psicólogo marxista russo, Vygotsky. A partir da concepção ética imanescente às emoções, ambos *refletem* corpo e alma, pensamento e emoção como unidade coesa e indissociável, fornecendo o instrumental teórico conceitual que guia

De certo que as idéias contidas neste livro representam uma contribuição essencial ao entendimento das relações entre saúde e ambiente, através de uma rica contextualização dos problemas ambientais e de saúde e, da identificação profícua e pertinente de tendências conceituais e metodológicas necessárias à formatação de novas práticas que se colocam como desafios à saúde coletiva brasileira.

rá a reflexão da autora e permeará toda a análise de *saúde como potência de ser e agir*. Para discutir tais questões, Margarida Barreto elege a humilhação como o microscópio da relação saúde-doença e dessa, com a sociedade. Propõe e destaca o valor da “conversa clínica prolongada” na relação médico-paciente, ressaltando o valor das queixas subjetivas, sentimentos e emoções como forma de *garantir a voz àqueles que estão excluídos da fala*. A segunda parte do livro discute, em particular, o mundo do trabalho, espaço do agir médico em busca da “saúde perfeita”, da omissão e subnotificações de doenças e acidentes, da produtividade a baixos custos, da insalubridade e exposição a múltiplos riscos, da doença e sofrimento imposto. Esta viagem pelas ciências humanas em seu diálogo com as práticas ainda vigentes nos revela uma concepção de saúde na mais bela tradição humanista. A autora destrincha diante dos nossos olhos a “jornada de humilhações” e suas conseqüências à saúde e à vida dos trabalhadores, revelando um mundo do trabalho que adocece, agrava padecimentos e *destrói a vida*. Um dos aspectos inovadores da sua análise é sua concepção de risco invisível, ao afirmar que a *humilhação repetitiva e de longa duração constitui um risco invisível porém concreto, nas relações e condições de trabalho, que interfere na vida dos/das trabalhadores/as de modo direto, comprometendo a identidade, a dignidade e as relações afetivas e sociais, ocasionando graves danos à saúde física e mental, que podem evoluir para a incapacidade laborativa, desemprego ou mesmo a morte*. Hoje, a violência moral é tema obrigatório em discussões e encontros sindicais. Ganhou o público e o coração de centenas de trabalhadoras e trabalhadores anônimos, humilhados e sem direito a voz. Antes mesmo da publicação do livro, a partir da divulgação dos resultados da dissertação de mestrado na grande imprensa, em novembro de 2000, o tema teve e continua tendo ampla repercussão nacional em diferentes espaços sociais, inclusive no campo do legislativo e do judiciário. O livro constitui, sem dúvida, uma contribuição inovadora às discussões de saúde, emoções e violência moral no trabalho. Estamos diante de um saber militante, em que a autora procura devolver a voz aos sem voz. Trata-se de um livro que nos convida a refletir profundamente sobre as causas da violência, ao mesmo tempo que nos interpela e convoca a somar forças e construir no cotidiano um mundo do trabalho e uma sociedade, na qual a afetividade ética constitua prioridade do tecido relacional humano.